

TEORIAS DA EXPIAÇÃO: ANÁLISE SOBRE A RAZÃO
TEOLÓGICA DA MORTE DE CRISTO E O CARÁTER EXPIATÓRIO
DE SEU SACRIFÍCIO

ISRAEL THIAGO TROTA

Mestre, Faculdade Vitória em Cristo, RJ
prof.israel@faculdadevitoriaemcristo.edu.br

BRUNO DA SILVEIRA ALBUQUERQUE

Doutor, Faculdade Vitória em Cristo, RJ
prof.bruno@faculdadevitoriaemcristo.edu.br

YOHANS DE OLIVEIRA ESTEVES

Doutor, Faculdade Vitória em Cristo, RJ
prof.yohans@faculdadevitoriaemcristo.edu.br

ACYR DE GERONE JUNIOR

Doutor, Faculdade Vitória em Cristo, RJ
prof.acyr@faculdadevitoriaemcristo.edu.br



RESUMO

O artigo faz uma análise das teorias da expiação produzidas na história do cristianismo. Diferente dos debates a respeito da união hipostática de Cristo e da doutrina da Trindade que exigiram um pronunciamento oficial por parte do cristianismo, no que tange a doutrina da expiação, o cristianismo não adotou uma posição oficial, deste modo, abriu margem para especulações e perspectivas distintas. A revelação do plano salvífico nas Escrituras está profundamente relacionada com a questão do pecado e a necessidade da expiação, pressupostos que contribuem para delinear a visão do homem sobre a missão de Cristo e a razão teológica de sua morte na cruz. O artigo apresentará as múltiplas visões, explicará seus pressupostos básicos, seus proponentes, e, por fim, discutirá teologicamente a consistência doutrinária das teorias apresentadas para propor uma teoria que melhor explica doutrinariamente a expiação realizada por Cristo.

Palavras-Chaves: Expiação; Crucificação; Salvação.



ABSTRACT

The article analyzes the theories of atonement produced in the history of Christianity. Unlike the debates regarding the hypostatic union of Christ and the doctrine of the Trinity, which required an official pronouncement on the part of Christianity, regarding the doctrine of atonement, Christianity did not adopt an official position, thus opening room for speculation and perspectives. distinct. The revelation of the salvific plan in the Scriptures is deeply related to the issue of sin and the need for atonement, assumptions that contribute to outlining man's vision of Christ's mission and the theological reason for his death on the cross. The article will present the multiple views, explain their basic assumptions, their proponents, and, finally, discuss theologically the doctrinal consistency of the theories presented to propose a theory that best doctrinally explains the atonement carried out by Christ.

Key-words: Atonement; Crucifixion; Salvation.



Introdução

A expiação de Cristo mediante a sua morte na cruz era realmente necessária? Em outras palavras, se Deus é livre para agir e escolher salvar os pecadores do modo que lhe convir seria possível reconciliar o homem de uma outra forma que não resultasse na morte substitutiva de Cristo na cruz do calvário? Ele não poderia exercer o seu poder ilimitado e declarar o homem perdoado com base na sua escolha e decisão? Ele não poderia salvar por um decreto que não gerasse a morte de Seu Filho?

Existe algo inerente à pessoa e à obra de Jesus que transforma a cruz não apenas o único caminho da salvação, mas também o único modo possível de salvação? Essas questões são profundamente importantes e tem aguçado teólogos ao longo da história na busca por respostas para explicar a doutrina da expiação comunicada na revelação bíblica. Sabe-se que a Igreja Cristã não se pronunciou oficialmente a respeito da melhor interpretação sobre a razão da expiação de Cristo pela morte de cruz, o que consequentemente abriu espaço para muitas interpretações distintas.

Esse assunto é de vital importância para a teologia, portanto, o presente artigo visa refletir sobre as teorias da expiação adotadas ao longo da história do cristianismo no afã de avaliar os pressupostos de cada uma, no intuito de apresentar a teoria que apresenta uma resposta mais consistente e coerente com a expiação dos pecados do homem por meio da morte de Cristo na cruz.

AS TEORIAS DA EXPIAÇÃO: CAUSA E NECESSIDADE.

Deus criou o homem à sua imagem, contudo, o homem violou a lei de Deus cometendo pecado (1Jo 3.4). Como efeito dessa violação, o homem foi condenado a separação de Deus manifestada inicialmente pelo afastamento do jardim do Éden



(Gn 3.8, 24) e pela experimentação da morte física. Paulo resumiu as consequências do pecado em Romanos 5.12: "Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram". A morte não é só física, mas principalmente espiritual. "O transgressor é conscientizado pela consciência ou pela lei, que o seu ato exige expiação para que seja perdoado". (CABRAL; 2008, p.314).

O afastamento do jardim é o indicativo da morte espiritual. O pecado é o que separa a humanidade de Deus, a salvação é a superação dessa separação. O pecado é a antítese da salvação, logo, a salvação é o retorno da comunhão com Deus, providenciada nas Escrituras por intermédio de Cristo. Paulo afirma em 2 Coríntios 5.19 que Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo, não lhes imputando os seus pecados. Expiação tem o sentido de reconciliação. O prefixo "ex" significa "fora de" ou "de", sendo assim, a expiação tem o sentido de remover algo ou tirar algo, esse algo é a culpa gerada pelo pecado. Ao ser purificado por intermédio de Cristo o homem é reconciliado com Deus. Expiação implica em reconciliação. Como essa reconciliação aconteceu? Foi pelo exemplo de Cristo? Foi pela encarnação de Cristo? Foi pela morte de Cristo? A cruz era realmente necessária? Qual a razão teológica para justificar a cruz? Veremos a seguir as principais teorias da expiação, seus proponentes e seus pressupostos.

Teoria da Recapitulação

Irineu (125 – 202 d.C.) tem sido considerado o primeiro sistematizador desta teoria. O vocábulo obediência – não sacrifício, muito menos substituição – pertence à linguagem de Irineu na tentativa de explicar a expiação a partir da teoria da recapitulação. Essa doutrina centraliza a expiação na encarnação de Jesus, que consequentemente tem como o ápice o seu sacrifício. A teoria da recapitulação considera toda a criação redimida em Cristo. Basicamente, defende que "a figura



de Cristo ‘recapitula’ a história de Adão, obtendo êxito onde Adão havia falhado e revertendo, dessa maneira, a condição humana ocasionada pela queda” (MCGRATH, 2005, p.467).

“A perspectiva da recapitulação enfatiza a onipotência de Deus, à medida que Ele derrota Satanás e reverte os efeitos da Queda”. (GEISLER, vol2, 2010, p.191). Em outras palavras, “Cristo recapitulou em si mesmo todos os estágios da vida humana, revertendo o curso determinado por Adão e que nos fez pecadores. Sua obediência compensou a desobediência de Adão, e isso deveria causar uma transformação em nossa vida”. (RYRIE, 2018, p.474).

A teoria de Irineu sustenta que a encarnação de Cristo alterou o curso da humanidade da desobediência para a obediência. A encarnação é o evento inicial da expiação, portanto, ao se tornar homem, Deus Filho tornou-se participante da vida humana (Jo 1.14. 18; 12.46; Rm 5.15-21; Hb 2.10). Mais do que simplesmente participar, Cristo se apresentou como o novo cabeça da humanidade, o segundo Adão. O contraste entre o primeiro e o segundo Adão é um ponto catalizador desta teoria (Rm 5.19). Por causa desse princípio essa teoria também é chamada de teoria do mérito de Cristo.

Segundo Irineu:

[Deus] fez com que a natureza humana se unisse e se tornasse uma só com Deus. Pois se o homem não sobrepujasse o inimigo do homem, este inimigo não teria sido legitimamente conquistado [...] Se o homem não tivesse se juntado a Deus, ele jamais poderia ter se tornado participante da incorruptibilidade [...] por isso também Ele [Cristo] teve que passar por todos os estágios da vida, restaurando todos à comunhão com Deus. [Pois] da mesma forma que pela desobediência de um homem [Adão], que foi originalmente moldado a partir do barro virgem, a multidão foi feita pecadora, e perdeu a vida; também foi necessário que, pela obediência de um homem [Jesus], que foi originalmente formado a partir de uma virgem, muitos fossem



justificados e recebessem a salvação. [Dessa forma] Deus recapitulou em si mesmo a antiga formação do homem, para que Ele pudesse matar o pecado, destituir a morte do seu poder, e vivificar o homem. (IRINEU apud GEISLER, vol2, 2010, p.178).

Outro texto chave para essa teoria interpretativa é Efésios 1.10, assim, acredita-se que escatologicamente, Cristo reunirá tudo nos céus e na terra visto que recapitulou a história cósmica atuando como um novo representante da humanidade. Acredita-se que quando o Logos se tornou humano, tudo foi impactado, assim, criação e redenção estão profundamente conectadas em Cristo. Defensores desta teoria afirmam que fazia parte do plano da redenção recapitular todas as coisas a partir da encarnação. Essa teoria não traz respostas profundas sobre a razão da cruz. Ao concentrar-se na encarnação e na vida de Jesus, a sua morte expiatória na cruz ocupa um papel coadjuvante na saga da reconciliação do homem com Deus.

Teoria do Resgate

Essa interpretação aponta que a expiação foi um resgate de Cristo pago a Satanás. Orígenes (185-254 d.C.) propôs essa teoria que cresceu e se popularizou no período da patrística. Orígenes ensinava: “Agora, era o Diabo que nos prendia, pois para o lado dele havíamos sido levados pelos nossos pecados. E ele, portanto, pediu, o sangue de Cristo como o pagamento pelo nosso resgate” (ORÍGENES apud GEISLER, vol.2, 2010, p.178).

De acordo com essa interpretação, o homem estava sob o domínio do pecado, portanto, assim como um escravo da antiguidade o homem precisava ser comprado para ser resgatado e redimido (ou liberto). Mediante o seu sofrimento, Cristo adquiriu a liberdade do homem que estava cativo sob o poder do mal. Essa teoria explora bem o fato teológico que afirma o aprisionamento da humanidade ao pecado, sob o domínio de Satanás, contudo, extrapola em sua abordagem, pois sustenta que o pecado coloca o homem em dívida com Satanás e não com Deus,



assim, o pagamento do resgate não aconteceu em relação à justiça de Deus, mas em relação ao poder e domínio de Satanás sob a humanidade.

Cristo verdadeiramente agiu para resgatar o homem, contudo não há nenhum fundamento bíblico para afirmar que este resgate foi pago a Satanás. Quando se fala de resgate, a revelação bíblica sugere o custo elevado da salvação. Essa salvação é foi oferecida gratuitamente, mas exigiu um alto preço. O problema da teoria do resgate é que ao invés de se concentrar na realidade do alto preço, afirma que esse alto preço foi pago a Satanás.

Dessa perspectiva, a morte de Cristo era um tipo de acordo feito entre Deus e o Diabo, a saber, que ele entregaria o Filho a Satanás em troca do livramento de todas as almas mantidas cativas por ele. Foi um arranjo que Satanás se deliciou em aceitar porque em sua mente o valor do Filho de Deus ultrapassava em muito toda a humanidade em sua posse. Assim, quando Cristo morreu na cruz e desceu ao inferno, Satanás pensou que finalmente havia recebido o prêmio. Entretanto (e aqui Satanás o antigo enganador foi enganado), por mais que tentasse, ele não podia manter Cristo preso. Ele tentou destruir a humanidade de Cristo, mas Satanás não podia vencer sua divindade. Quando Cristo ressuscitou vitorioso, Satanás perdeu não só seu prêmio do resgate, como também toda a vasta multidão de almas em sua posse. (WILLIAMS, 2011, p.321)

Essa teoria enfatiza muito bem o caráter triunfal da morte de Cristo que derrotou o diabo (Hb 2.14; Cl 2.15; Ap 5.5), a morte e o inferno (1Co 15.54-57; Ap 1.18). Essa teoria também é denominada Christus Victor em razão de uma obra escrita por um teólogo sueco chamado Gustaf Aulen (1879-1978). Em um período tardio, Gustaf tentou revitalizar essa teoria, uma vez que tinha caído em desuso ao longo da história, apesar de ter sido muito forte no período da patrística. Essa teoria assume um ar de dramaticidade colocando a ressurreição de Jesus como o elemento chave que frustrou as expectativas de Satanás. De acordo com essa



interpretação, Deus entregou Jesus como uma troca pelas almas cativas (Mt 20.28; Mc 10.45).

A teoria do resgate enfatiza a vitória de Cristo sobre Satanás. E chamada às vezes “resgate a Satanás” ou teoria dramática. Por causa do nosso pecado, estamos sob o domínio de Satanás. Mas Deus, por nos amar, ofereceu o seu Filho ao diabo como preço do resgate para nos libertar. O maligno ficou mais do que feliz com a troca, mas desconhecia o fato de que não conseguiria manter Cristo no Hades, e, com a ressurreição, perdeu tanto o resgate quanto seus presos originais. Os pais da Igreja não se preocuparam com o fato de que essa transação envolveria Deus num logro (pois Ele certamente sabia o resultado final). Para eles, significava apenas que Deus era mais sábio e mais forte que Satanás. A humanidade de Jesus era a isca que escondia o anzol da sua divindade, e o diabo a engoliu. A culpa era dele, não de Deus. (HORTON, 2010, p.347-348).

A ideia de que nesse resgate pago a Satanás a divindade de Cristo estava escondida pelo véu da natureza humana também foi ensinada por Gregório de Nissa no período patrístico (335-395 d.C.). O resgate na verdade era uma estratégia de Deus para “enganar” Satanás. Gregório dizia que Deus fez uso da fraude para a salvação daquele que havia se perdido. (GREGÓRIO apud GEISLER, vol.2, 2010, p.179). Outro defensor dessa teoria foi Agostinho, embora propusesse contornos distintos a Gregório.

Agostinho (354-430 d.C.), outro aderente da teoria da redenção, explicou de forma diferente a tática de Deus ao derrotar Satanás. Apesar dele também ter considerado a cruz com o uma isca ou uma armadilha, ele sustentava que a fraude não é algo que Deus fez, mas sim uma “peça” que Satanás pregou sobre si mesmo — Deus simplesmente permitiu que a autofraude de Satanás servisse ao propósito da nossa salvação.



Satanás foi vítima do seu próprio orgulho — a mancha fatal que ele teve desde o princípio (1 T m 3.6). (GEISLER, vol.2, 2010, p.179).

O problema dessa teoria é que ela parte de uma visão dualista de mundo, como se o bem e o mal estivesse travando uma batalha cósmica equilibrada. Nessa interpretação, Satanás passa a ter um poder maior do que de fato possui. Essa teoria acerta quando apresenta a salvação como uma libertação do poder do mal, porque verdadeiramente Cristo veio para desfazer as obras do Diabo e realmente venceu o mal proporcionando liberdade aos homens, contudo, falha ao esquecer do caráter reconciliatório da salvação. Expição é uma doutrina construída sob dois pilares: libertação e reconciliação. Deste modo, “quando se relaciona a morte de Cristo exclusivamente a Satanás, mal se toca no tema mais básico da reconciliação. Os homens podem ser libertados do poder de Satanás, mas seriam com isso reconciliados com Deus?”. (WILLIAMS, 2011, p.321).

A morte de Cristo foi um resgate pago a Deus, não a Satanás. Na Bíblia o resgate de Cristo foi para salvar o homem do castigo justo exigido pela santidade de Deus, resultado da sua ira contra o pecado (Rm 5.9). Um bom exemplo para entender a doutrina da expiação está no episódio que marcou a redenção de Israel no Egito. Os israelitas foram salvos da visita do anjo da morte que vinha para impetrar o juízo divino, em outras palavras, os israelitas que tinham a marca do sangue nos umbrais das portas foram poupados do juízo de Deus, equivale a dizer que foram salvos de Deus. Igualmente, a salvação na Bíblia é o livramento do juízo de Deus, não meramente do poder de Satanás. Com obviedade, após serem poupados do juízo de Deus, os israelitas foram libertos do Egito, assim o cristão ao ser reconciliado com Deus em Cristo experimenta uma libertação do poder do pecado e de Satanás.

Teoria da satisfação



Anselmo de Cantuária (1033 – 1109 d.C), conhecido como o fundador do escolasticismo é o idealizador da teoria da satisfação. Ao discordar da teoria do resgate tentou explicar a expiação a partir de outra abordagem. Anselmo foi um influente teólogo ocidental, conhecido também por ter desenvolvido o argumento ontológico sobre a existência de Deus. Ele dizia que a morte de Cristo satisfazia a Deus que teve sua honra ferida pelo pecado.

Anselmo propôs uma teoria que deu forma a quase totalidade do pensamento católico e protestante sobre o assunto até ao tempo presente. Escreveu, em parte contra os judeus de seus dias, que negavam uma encarnação genuína, seu tratado *Cur Deus Homo* (“Por que Deus se Tornou Homem”). Oferece uma das primeiras e bem-pensadas teorias da expiação, usualmente chamada teoria da satisfação. Diz que as pessoas, ao pecarem, ultrajam a honra do Deus soberano e infinito. A ofensa contra um soberano não pode passar sem castigo, e exige satisfação. Mas como poderemos nós pagar essa multa se o Soberano ultrajado é o Deus infinito? Ao mesmo tempo, o amor de Deus pleiteia em favor do pecador. Como o aparente conflito em Deus será resolvido? Nós cometemos o pecado, e por isso devemos uma satisfação. Porém, como somente Deus poderia pagar o preço e somente nós devemos pagá-lo, apenas um Deus-homem poderia dar uma satisfação pela ofensa contra a honra de Deus e pagar o preço infinito do perdão. A teoria da satisfação apresenta muitos aspectos recomendáveis. Focaliza sua atenção naquilo que Deus (e não Satanás) exige na expiação. Adota um conceito muito mais profundo da gravidade do pecado que as teorias da influência moral e do resgate. Propõe uma teoria da satisfação, ideia esta que explica mais adequadamente as questões bíblicas. (HORTON, 2010, p.348).

A teoria da satisfação ensina que o pecado representa um menosprezo a glória de Deus (Rm 1.21; 3.23) de tal modo que a morte de Jesus foi o caminho para



a restauração da honra de Deus. Satisfação tem o sentido de consertar algo que foi quebrado ou reembolsar algo que foi tirado, assim, Cristo sofreu como substituto da humanidade para reparar a honra de Deus. O pecado exige uma satisfação. Uma vez que o homem é devedor, essa satisfação deveria vir de dentro da humanidade, por isso, Deus se tornou homem em Cristo para realizar o sacrifício que pudesse satisfazer a honra de Deus.

Anselmo ensinava que aquele que não presta a honra devida a Deus, rouba Deus naquilo que o pertence e ao desonrá-lo incorre em pecado. O pecado constitui um dano contra Deus, de igual modo, em decorrência da gravidade da ofensa que desonra a Deus o homem merece ser punido. É neste contexto que Cristo se apresenta como Salvador. Jesus aceitou ser punido em nosso lugar pagando a dívida que os pecadores deviam contra Deus.

Essa teoria foi defendida em círculos católicos, luteranos e reformados. Tomás de Aquino (1225-1274) propôs a interpretação da expiação a partir do pensamento de Anselmo. Historicamente, a teologia de Aquino tem sido normativa para o pensamento católico, assim, a teologia católica tem adotado a teoria da satisfação como uma boa explicação para a expiação. Calvino e Lutero se apropriaram dela e nela introduziram a ideia de punição para o pecado. Um ponto positivo nesta teoria é que nela o pecado é expiado pela morte substitutiva de Cristo, não pela sua moralidade ou seu exemplo, muito menos pela sua encarnação, outro ponto positivo é que o preço do sacrifício é pago a Deus, não a Satanás.

Lutero concentrou-se na ideia de satisfação colocando ênfase não na honra de Deus, mas na justiça de Deus. “O Deus justo precisa ser reconciliado com o homem pecador, e isso ocorre pela expiação. Pela morte de Cristo foi obtido o perdão para o homem”. (WILLIAMS, 2011, p.323). Antes de Lutero, esse era um ponto sensível para a teoria da satisfação, visto que a reparação era da honra de Deus e pouco se falava sobre o apaziguamento da sua ira justa contra o pecado. Para



Lutero, a morte de Cristo satisfaz a honra ferida de Deus, mas também satisfaz a ira santa e a justiça de Deus, fornecendo um pagamento suficiente para o pecado. Calvino também falava da satisfação como um aplacamento da ira divina contra o pecado.

Assim como o pensamento de Aquino tem sido determinante para o catolicismo, as interpretações de Lutero e Calvino são basilares para o protestantismo, por essa razão, a teoria da satisfação foi adotada em grande escala nos círculos teológicos do protestantismo. De modo geral, teólogos da tradição reformada têm abraçado e reverberado em seus ensinamentos a teoria da satisfação. Quando as demandas da Lei de Deus são preenchidas, Deus se torna satisfeito, em outras palavras, Cristo morre para satisfazer as demandas da justiça existente na natureza de Deus.

Há quem diga que a teoria conforme esboçada por Anselmo torna “Deus um senhor feudal cujos vassallos o desonraram gravemente. E Ele não pode deixar tal coisa passar sem castigo, para conservar sua posição” (HORTON, 2010, p.348). O problema da teoria da satisfação é que ela quase não aborda o amor de Deus pelo perdido, afinal, Deus está profundamente preocupado com a sua honra. No pensamento de Calvino e Lutero, a justiça parece ter mais destaque que o amor, já que a expiação visa satisfazer essencialmente à justiça de Deus. Segundo Williams:

A teoria de expiação de Anselmo é em muitos sentidos um aprimoramento da teoria do resgate. Para começar, ela liga a expiação com uma exigência de Deus, e não de Satanás: a satisfação a Deus em lugar de um pagamento ao Diabo. Também há muito mais ênfase na seriedade do pecado: Deus não o desconsiderará, deixando-o impune. Quando Deus não é honrado, as pessoas merecem punição e morte. O pecado possui consequências infinitas. Além disso, a teoria de Anselmo salientava que é num Universo moral que a expiação é a peça central para os acertos entre Deus e o homem. Entretanto, precisamos oferecer alguma crítica à teoria de Anselmo. A mais óbvia



é que seu foco básico esteja na honra de Deus. Deus mais parece um senhor feudal ampliado ofendido pela falha de seus vassalos que não conseguiram lhe render o devido respeito. Além disso, há um sabor indubitavelmente comercial nesse processo: o valor da morte de Cristo é comparado com o valor da honra de Deus e o valor negativo dos pecados humanos. Isso leva a mais uma crítica. Porque Anselmo considera isso de maneira quantitativa, a superabundância da realização de Cristo pode simplesmente ser transmitida às pessoas para a salvação delas. Por conseguinte — e aqui oferecemos outra crítica séria — o homem é pouco mais que um espectador passivo de todo o drama que ocorre fora dele. Uma vez que há uma transferência externa de méritos, a fé possui pouco significado vital. Por fim, embora Anselmo tenha se concentrado devidamente na necessidade de punir o pecado (um avanço em relação às teorias anteriores de resgate) e demonstrado um meio para sua remissão, ainda não há remoção do pecado em si. Aliás, a expiação é em tal medida uma transação entre Deus e Cristo que o homem mal parece tocado por ela. (2011, p.322-323).

A teoria da satisfação emoldurada por Anselmo fala muito sobre a honra de Deus, na visão de Lutero e Calvino diz muito sobre a justiça vindicativa de Deus, mas parece não apresentar respostas suficientes para a natureza graciosa e amorosa de Deus. A salvação é antes de tudo um ato de Deus fundamentado em seu amor. Teologicamente, a expiação é sobretudo um decreto de Deus antes que haja uma declaração de perdão, antes que se estabeleça um julgamento, em outras palavras, a satisfação vem antes do perdão, assim o perdão não é concebido apenas como um resultado da satisfação da santidade e da justiça de Deus. A graça de Deus é o combustível para todo o projeto salvífico. Em suma, a expiação não sobrevém para tornar possível o perdão de pecados; antes, a expiação constitui em si mesma a expressão mais bela do perdão divino. A teoria da satisfação trazia respostas contundentes, mas ainda falta colocar nessa equação o amor de Deus e os elementos da graça na engrenagem operacional da expiação.



Teoria da Influência Moral

Percebendo a lacuna do amor da teoria da satisfação, nesse mesmo período surge a teoria da influência moral, também chamada teoria do amor de Deus ou exemplarismo na tentativa de colocar grande ênfase no amor de Jesus. Contudo, essa teoria acabou polarizando sua análise, assim, ao concentrar-se no amor de Deus não se preocupou em colocar na equação a justiça e a santidade de Deus na razão teológica da expiação.

Essa teoria valoriza a vida de Jesus como um todo, isso envolve seu ensino, suas obras e a influência do seu comportamento exemplar também por meio de sua morte sacrificial, assim toda a vida de Cristo – do nascimento a morte - reconcilia o homem com Deus. Essa concepção afirma que a expiação de Cristo é didática, peripatética, acontece pela via da influência de seu comportamento, assim, inspirado pelo perfeito amor demonstrado por Cristo, o homem é influenciado ao arrependimento. A salvação não é resultado de um evento objetivo (a morte de Jesus), mas de uma experiência subjetiva (o arrependimento). A salvação acontece quando o homem se permite ser influenciado pela vida de Jesus. Abelardo (1079-1142 d.C.) foi o grande defensor desta teoria.

Durante a Idade Média, o teólogo Francês Pedro Abelardo rejeitou as visões pessimistas da natureza humana mantidas pela Igreja Católica. Ne nhum pecado original destruiu a imagem de Deus nas pessoas; portanto, as pessoas devem ter esperança quanto ao nível em que podem realizar seu potencial. (THORSEN, 2020, p.345).

O propósito de Abelardo era contrapor as teorias do resgate e da satisfação, esta última, tinha sido idealizada por Anselmo uma geração antes dele e parecia crescer em sua época. Embora muitos atribuem a Abelardo a origem desta teoria, na verdade, muito antes dele, Pelágio (354-420d.C.) já propunha a ideia de



expição pela influência moral do exemplo de Cristo. Para Pelágio, “a morte de Cristo nos proporcionava um exemplo de fé e obediência que inspiraria os outros a também obedecerem a Deus”. (PELÁGIO apud GEISLER, vol.2, 2010, p.180). Abelardo pode ser considerado o idealizador desta teoria, mas com toda certeza bebeu da fonte de Pelágio.

Enquanto as teorias do resgate e da satisfação colocam grande ênfase na morte de Jesus, essa parece valorizar a completa vida de Jesus, desde a encarnação até a sua paixão, morte e ressurreição. Basicamente, pela influência do amor e da compaixão de Deus testemunhados no comportamento de Cristo o homem é persuadido a Deus, assim, torna-se abarcado pelo projeto da salvação de Deus, que visa na verdade mudar o coração humano.

(...) na concepção de Abelardo, a exibição do amor de Cristo possui o poder de evocar um amor correspondente no homem. Não é que Deus de algum modo alterou a situação humana pela morte de Cristo; a mudança, em lugar disso, deve ocorrer no coração humano. Por meio da paixão de Cristo, é intenção de Deus atrair o homem de volta para si: é o Amor procurando incitar o amor. O obstáculo entre Deus e o homem não é que o homem esteja em escravidão a Satanás ou que seja necessária alguma satisfação a Deus mediante a morte de Cristo; o obstáculo repousa inteiramente no homem. Tudo o que é necessário é que o homem realmente contemple o amor e a benevolência de Deus e permita que sua dureza de coração seja com isso transformada. Assim, a morte de Cristo na cruz não é nem propiciatória nem expiatória: é totalmente demonstrativa. Não é preciso nenhuma mudança objetiva na relação entre Deus e o homem: só uma mudança subjetiva no próprio homem. A força do grande amor de Cristo pode provocar essa mudança. (WILLIAMS, 2011, p.326).



Pedro Abelardo ensinava que a fé no amor de Deus é despertada por meio da influência moral de Cristo, assim, o arbítrio do homem poderia se alinhar com a intenção amorosa de Deus. Johann Albrecht Bengel e os pietistas de Württemberg tinham inclinação por esta teoria, assim como Friedrich Schleiermacher (1768-1834). Atualmente, teólogos liberais têm demonstrado predileção por esta teoria. A teoria da influência moral não causou grandes efeitos no período em que foi desenvolvida e poucos a adotaram como a principal interpretação para a expiação, contudo, nos últimos séculos essa interpretação tem crescido.

Na Europa do século XIX, essa abordagem adquiriu enorme influência nos círculos racionalistas. O mistério da cruz e sua aparente irracionalidade haviam sido neutralizados; o que restara era um apelo poderoso e dramático a favor de um aperfeiçoamento moral da humanidade fundamentado no exemplo fornecido pelo estilo de vida e pelas atitudes de Jesus Cristo. A figura de um mártir, mais do que a de um salvador, descreve melhor a atitude progressivamente adotada em relação a Jesus nesses círculos. (RYRIE, 2018, p.488)

A morte de Jesus não teria nenhuma implicação teológica objetiva na teoria de Abelardo. Essa teoria ressalta o poder transformador do amor de Jesus e a importância de o homem decidir viver uma vida piedosa inspirado no caráter de Jesus. “Para Abelardo, o sofrimento e morte de Cristo é a demonstração máxima do amor e da misericórdia de Deus e tem por propósito evocar em nós a resposta de amor”. (WILLIAMS, 2011, p.326).

A concepção de Abelardo colocou ênfase no amor de Deus e atraiu aqueles que rejeitavam a ideia de domínio do mal ou de um Deus que teve sua honra impugnada. De certo modo, essa interpretação recolocou o amor de Deus no debate da expiação, mas atenuou a gravidade do pecado uma vez que o homem é plenamente capaz de se arrepender por si mesmo, sendo assim, só precisa de



inspirar no caráter moral de Cristo para se aproximar de Deus. Em outras palavras, a obra reconciliatória de Cristo compele o pecador a amar a Deus e viver em justiça.

Ao ressaltar o amor de Deus, rejeita qualquer ideia de haver em Deus uma exigência pela liquidação da dívida do pecado. Deus não exigiu pagamento pelo pecado, mas com amor perdoou graciosamente. Na encarnação e na cruz, vemos uma demonstração do amor asoberbador de Deus, visão que nos leva à gratidão e ao amor e, portanto, nos incita ao arrependimento, à fé e a um desejo de mudar nossa conduta. A teoria da influência moral não vê na cruz nenhum propósito ou efeito expiator. (HORTON, 2010, p.346-347).

Para esta teoria, não havia obstáculos entre Deus e o homem, nem tampouco a justiça de Deus precisa ser satisfeita. A morte de Cristo é apenas o mais perfeito exemplo de como os homens devem viver e agir. Sob o olhar da influência moral de Jesus, Deus conquista os corações dos pecadores. A teoria da influência moral afirma que na encarnação Deus demonstrou empatia com a humanidade ao ensinar o homem a viver uma vida piedosa. Imitando a Cristo, o homem estará reconciliado com Deus. Uma vez reconciliado, alinhado, redimido, o homem foge do pecado para viver segundo a influência moral de Cristo na demonstração do seu amor a Deus e ao próximo. Williams faz uma importante análise sobre essa teoria:

(...) a concepção de Abelardo sofre de algumas inadequações. Em primeiro lugar, trata-se de um entendimento completamente subjetivo da expiação. Até o homem responder em gratidão e amor, não há reconciliação. Decerto, no sofrimento e morte de Cristo, há uma demonstração maravilhosa do amor de Deus, mas, de acordo com Abelardo, não passa disso. Nada de objetivo ocorreu, não se realizou nenhuma expiação: tudo isso aguarda a reação humana. Tal concepção é espetacular demais, como se Deus precisasse provar seu amor pela morte de Cristo. De novo, a ênfase de Abelardo no amor de Deus deixa quase totalmente intocada a questão de sua santidade e



justiça, e assim também sua oposição radical ao mal. O sofrimento e a morte de Cristo podem despertar uma reação de amor, mas como esse ato e reação lidam com questões cruciais como pecado, culpa e punição? O amor de Deus substitui de tal maneira a santidade que na realidade nenhuma expiação é necessária. Mais uma vez — e isso é consequência — o tipo de pensamento de Abelardo minimiza, até desconsidera, toda a área da expiação. O amor de Deus pode ter sido manifestado no sofrimento e na morte de Cristo, mas teria sido nada mais que uma demonstração? A resposta deve decerto ser que ocorreu muito, muito mais que isso, pois a cruz foi uma expiação custosa pela qual os pecados do mundo foram levados por Deus em Jesus Cristo, e por meio desse ato foi concretizada nossa redenção. Tudo o que uma pessoa pode e deve fazer é receber o que Deus realizou de maneira maravilhosa. (2011, p.327).

Mais tarde, a teoria da influência moral recebeu alguns retoques de Fausto Socino (1539-1604) que passou a explicar a expiação totalmente em termos do exemplo de Cristo. Ele ensinava que Cristo identificou-se com a humanidade ao se tornar participante dos sofrimentos humanos, assim, perfeitamente encaixado em nossa realidade posicionou-se como um exemplo perfeito de obediência e sacrifício a Deus. Os seguidores de Socino (socinianos) minimizavam o papel de Cristo como Sacerdote e destacavam seu papel como Rei e Profeta. Os socianos se apoiam na ideia “que Deus é pura benevolência, de que a justiça vingativa é incompatível com seu caráter e de que, por mero arrependimento, Deus pode e perdoará o pecador”. (BOYCE, 2020, p. 363).

Para os socianos, Jesus é aquele que torna conhecido o perdão de Deus ao homem. Ele é um mestre excepcional que ensina por intermédio do exemplo. Inspirado em sua vida, o homem se motiva a viver uma vida em submissão (ou sacrifício) a Deus. Verdadeiramente Cristo deixou-nos um grande exemplo a ser seguido (1Pe 2.21), mas fez mais que isso. O problema desta teoria não está no que ela afirma, mas no que ela omite. Ela destaca a obediência de Cristo, mas nada diz sobre o sacrifício expiatório de Cristo na cruz do calvário, conseqüentemente, pode



levar o homem a pensar que o perdão se dá pelo próprio sacrifício, tal como Cristo se sacrificou. A expiação não acontece pelo próprio sacrifício, mas pelo sacrifício de Cristo.

A teoria da influência moral (ou exemplarismo) acerta ao destacar que o sacrifício de Jesus é um modelo perfeito de amor demonstrado pelo próximo (Jo 15.12; Ef 5.1-2; 1Pe 2.24; 1Jo 3.16), mas erra, quando ignora o caráter expiatório do sacrifício de Jesus, da gravidade das nossas ofensas a Deus e da necessidade da satisfação da justiça de Deus no juízo ao pecador, também erra quando diz que não havia obstáculos para que pecadores voltassem à comunhão com Deus. Por isso essa teoria está eivada de ideias pelagianas. Essa concepção da expiação é inadequada para explicar a razão da cruz e ignora a santidade e a justiça de Deus, assim como ignora o caráter expiatório e propiciatório da morte de Cristo na cruz (Rm 3.25,26; Hb 2.17; 1 Jo 2.2).

Schleiermacher, pai da teologia liberal, foi outro teólogo que se apropriou da teoria da influência moral para conceber a salvação como algo subjetivo, logo “a teoria mística alega que não existe uma base objetiva que torne possível a nossa salvação no ato redentor de Cristo na cruz”. (GEISLER, 2010, vol.2, p.189). Alguns chegam a propor sua concepção como uma outra teoria, denominada “teoria mística”, outros a enxergam como uma versão da teoria da influência moral. Basicamente, para Schleiermacher, a expiação acontecia quando o homem experimentava uma união mística com Cristo.

No início do século XIX, Friedrich Schleiermacher (1768-1834) também via a expiação como um evento dentro de nossa experiência humana. Cristo, de acordo com Schleiermacher, era um homem em quem a “consciência de Deus” era completa, e por meio da fé nele podemos entrar nessa condição bem-aventurada. Assim, de novo, é a influência de Cristo que provoca uma mudança no homem; em sentido algum há necessidade de uma expiação objetiva. (WILLIAMS, 2011, p.327-328).



Essa teoria não explica a necessidade da encarnação e da morte de Jesus, pois qualquer homem piedoso ao se tornar mártir poderia despertar a humanidade para se render ao amor de Deus. Definitivamente a cruz é um exemplo admirável de comportamento moral, mas ficamos lamentavelmente aquém da verdade se falharmos em reconhecer que a cruz é muito mais do que isso. Há uma significação teológica profunda em relação ao caráter divino e a gravidade do pecado expiado na cruz, mediante o sacrifício do Deus-homem Jesus.

Teoria Governamental

O principal proponente desta teoria foi Hugo Grotius (1583-1645), filósofo, dramaturgo, apologeta cristão, poeta e grande jurista holandês. Grotius desenvolveu uma concepção de expiação para se opor ao radicalismo sociniano da teoria da influência moral, pois segundo argumentava, Deus estava sendo apresentado como um Deus de amor demasiadamente tolerante ao pecado, assim, sua justiça e sua santidade eram ofuscadas. Novamente, uma teoria da expiação é elaborada como resposta a outra já existente, assim, acaba polarizando sua interpretação cometendo o mesmo equívoco da anterior. Se a teoria da influência moral polarizou para o amor, a teoria governamental polarizou para o legalismo.

Grotius lançou os postulados do direito internacional baseando-se no direito natural. Sabe-se que ele era um profundo admirador das reflexões de Armínio. Reconhecendo a importância das legislações no governo humano, desenvolveu a sua interpretação a partir destes pilares. Seu propósito era enfatizar a lei de Deus e a gravidade das violações a ela.

Na sua santidade, Deus estabeleceu leis as quais o pecado se apresenta em oposição. Estes são os princípios básicos da visão governamental: Deus, com o Regente Soberano, tem o direito de punir o pecado, o qual merece, inerentemente, ser punido, mas não é



obrigado a fazer isso. O amor é o atributo predominante em Deus. Ele deseja perdoar os pecados, mas quer fazer isso de forma a manter o seu governo moral. Da mesma forma que um credor pode cancelar uma dívida se assim o desejar, ele precisa fazer isto no melhor interesse das partes que estão sob a sua autoridade. Assim também se dá com Deus, pois ele, levando em consideração os melhores interesses da humanidade, enviou Cristo para morrer pelos nossos pecados. A expiação foi necessária para proporcionar o perdão e para, simultaneamente, preservar a estrutura moral do mundo. (GEISLER, vol.2, 2010, p.187-188).

Para a teoria governamental, as leis de Deus quebradas exigiam o resgate, ou seja, o pagamento de uma penalidade. Deus tanto promulga as leis como as sustenta exigindo sua reparação. A morte de Cristo é o pagamento desta penalidade, desta dívida para com a lei de Deus. Basicamente, para esta teoria quando leis são quebradas, existe uma punição, por isso Cristo foi punido, no lugar dos homens, com o propósito de manter a ordem moral do governo de Deus sobre o mundo.

“A estrutura do governo de Deus exigia a morte de Cristo para demonstrar o desprazer de Deus com o pecado”. (RYRIE, 2018, p.475). Na busca por defender o seu governo moral do mundo, Deus estabeleceu penalidades. Como governante deste mundo aceitou os sofrimentos experimentados por Cristo como um substituto para essa penalidade, portanto, como se pode perceber, esse argumento harmoniza a manifestação da justiça e da misericórdia de Deus no plano da salvação.

A Lei é o resultado da vontade de Deus, e Ele tem a liberdade para “alterá-la ou até mesmo ab-rogá-la”. A Lei declara inequivocamente: “A alma que pecar, essa morrerá”. A justiça rigorosa exige a morte eterna dos pecadores. Como poderia Deus impor respeito à Lei e, ao mesmo tempo, demonstrar clemência aos



pecadores? Perdoá-los simplesmente, o que Ele poderia ter feito, não sustentaria a Lei. Ele mesmo a sustentou, não aplacando um princípio de ira judicial em sua natureza, mas apresentando a morte de Cristo como um exemplo público da profundidade do pecado e de até que ponto Deus iria para sustentar a ordem moral do Universo. (HORTON, 2010, p.349).

“Na cruz, Deus mostrou que pode abominar a ilegalidade e, ao mesmo tempo, manter a Lei e perdoar os iníquos”. (HORTON, 2010, p.350). Essa teoria acerta quando afirma que Cristo pagou a pena pelo pecado, mas falha ao omitir a concepção bíblica da expiação, ou seja, a natureza humana precisava ser propiciada para se aproximar de Deus. É como se ela colocasse grande ênfase na justiça de Deus e nada dissesse a respeito da sua santidade.

Se a interpretação da influência moral promove a expiação pelo discurso do amor, a teoria governamental promove a expiação pelo discurso do medo, ou seja, as Escrituras provam que para manter o respeito por sua Lei, Deus exemplificou na morte de Cristo as consequências do seu ódio contra a desobediência. Temendo experimentar o juízo, o homem é sensibilizado ao arrependimento e à vida piedosa.

(...) se a morte de Cristo fosse verdadeiramente um castigo pelos pecados da humanidade, não haveria, então, possibilidade de castigos futuros sobre nós e, conseqüentemente, estaríamos livres para fazer tudo o que desejássemos, na certeza de que não haveria castigo sobre nós. Assim, de acordo com a visão governamental, apesar de haver um elemento objetivo na expiação — o sofrimento de Cristo como um substituto aceitável diante do Soberano moral do universo — o principal objetivo é o seu impacto sobre os seres humanos, servindo-lhes de inibidora ao pecado. Pela morte de Jesus, Deus foi capaz de perdoar os pecados de tal forma que não haveria mais conseqüências adversas para os seres humanos. Ela não foi um



pagamento total da dívida do pecado, porém foi uma satisfação suficiente aos olhos de Deus que lhe deu base para perdoar os pecadores, sem, no entanto, estimular o pecado. (GEISLER, 2010, vol.2, p.188).

Biblicamente, o sacrifício expiatório teria que partir de uma pessoa inocente, todavia, essa teoria nada diz sobre esse fato, nada diz sobre o aspecto fundamental da expiação na satisfação também da santidade de Deus. A morte de Jesus não foi apenas um exemplo de como Deus abomina o pecado, mas foi um pagamento suficiente para libertar o homem do pecado. Para a teoria governamental a razão do castigo é a inibição de pecados futuros, não a satisfação da justiça e da santidade de Deus.

A grande questão a respeito desta teoria é que Cristo morreu não em nosso lugar, mas em nosso favor, além do mais, a salvação não tem protagonismo nessa interpretação, pois o propósito que moveu a expiação de Cristo foi a salvaguarda da Lei de Deus. Essa teoria não considera a extensão e profundidade da depravação da raça humana e pouco diz sobre a questão da morte expiatória feita por uma vida sem pecado.

Teoria da Substituição Penal

A teoria da substituição penal sustenta que a morte de Cristo foi “penal” pelo fato de Cristo ter cumprido uma pena quando morreu. Sua morte também foi uma “substituição” pelo fato de Cristo ter morrido em nosso lugar. Em algumas obras de Teologia Sistemática essa teoria é chamada de expiação vicária. Substituto e vigário são termos correlatos. “Um ‘vigário’ é alguém que representa outra pessoa se colocando no lugar dela. Em um sentido profundamente teológico a morte de Cristo foi vicária.



“Como nosso representante, ele recebeu a pena que nós merecemos”. (GRUDEM, 2022, p.1510). Os preparativos do sistema sacrificial do Antigo Testamento parecem introduzir essa ideia de expiação vicária. “A morte do animal tomava o lugar daquele que estava oferecendo o sacrifício. O sistema claramente ensinava a substituição”. (RYRIE, 2018, p.444).

Essa concepção afirma que o homem natural está totalmente envolto em pecados e delitos, por isso está morto espiritualmente, completamente afastado de Deus, sendo incapaz e indigno de qualquer tipo de reaproximação. Ele é totalmente inábil de praticar qualquer ação positiva em relação à sua própria salvação e carrega a culpa gerada pelo pecado. Essa culpa requer uma penalização.

A morte de Jesus Cristo na cruz do Calvário expiou a culpa e cumpriu as exigências da justiça de Deus em relação a penalidade do pecado e da santidade de Deus pelo fato de que o homem foi reconciliado com Deus em Cristo. Cristo satisfaz a justiça de Deus e imputou sua justiça sobre o homem tornando-o capaz de se aproximar de Deus por meio da regeneração.

A teoria recebe o nome de substituição penal porque com a sua morte, Jesus pagou a pena do pecado que é a morte, agindo como um substituto da humanidade, sofrendo no lugar do homem. “A ideia de ‘expiação vicária’ ou de ‘substituição penal’ significa simplesmente que Cristo sofreu como nosso substituto, ou seja, em nosso lugar”. (RYRIE, 2018, p.442). Ao cair sobre ele a iniquidade dos homens (Is 53.6) a ira justa de Deus sobre o pecado foi derramada no Cordeiro Pascal (Jo 1.29).

(...) sua morte foi vicária, totalmente em favor dos outros. Significa que Ele sofreu, não meramente para nosso benefício ou vantagem, mas em nosso lugar (gr. anti- “ao invés de”, como em Mc 10.45 e 2 Co 5.14). O Novo Testamento jamais emprega a expressão “substituição penal”, mas de todas as teorias esta parece representar mais adequadamente



os ensinamentos da Bíblia. Leva a sério a Bíblia, que retrata a santidade e a justiça de Deus expressa na sua ira judicial. Considera plenamente o que a Bíblia diz a respeito de nossa depravação e a consequente incapacidade de nos salvarmos. (HORTON, 2010, p.350).

Jesus representou o sacrifício perfeito porque não cometeu pecado. Cristo foi plenamente santo, assim foi feito pecado por nós (2Co 5.21) e por nossa causa experimentou a maldição imposta pela desobediência dos homens (Gl 3.13). Ao satisfazer a justiça divina, Cristo extinguiu a ira de Deus contra o homem pavimentando o caminho para o perdão de Deus com a imputação da Sua perfeita justiça à conta de todo aquele que nele crê, por conseguinte, este homem perdoado, justificado e reconciliado com Deus, pode novamente desfrutar da comunhão com Deus e do acesso a presença de Deus em sua vida.

Segundo MacArthur:

Definitivamente, a única concepção de expiação que faz justiça à totalidade da revelação bíblica do evangelho é a substituição penal. Cada uma das visões precedentes contém alguma verdade. É correto afirmar que a morte e a ressurreição de Cristo venceram a morte e resgataram os pecadores, mas ainda devemos especificar que este resgate foi pago a Deus e não a Satanás. É correto afirmar que a morte de Cristo reparou a honra ferida de Deus, mas também devemos nos apressar em acrescentar que ela satisfaz a ira justa e a justiça de Deus ao providenciar um pagamento suficiente pelo pecado. Além disso, a cruz é, sem dúvida, um exemplo moral maravilhoso do comportamento cristão, mas seremos lamentavelmente reducionistas se não reconhecermos que ela é muito mais do que isso. Finalmente, a expiação é, sem dúvida, um exemplo do governo moral de Deus sobre o universo, mas é ainda mais específica do que Grotius e outros declararam ser. Sem o conceito de substituição penal sustentando todos esses retratos da



expição, não faremos justiça à completa esfera da revelação bíblica de Jesus como aquele que levou os pecados, o substituto dos pecadores que fez a propiciação à ira divina (2022, p.696).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teologicamente, a morte de Jesus deve ser vista sob três aspectos: sacrifício, vitória e perdão. A morte de Jesus na cruz foi apresentada na Bíblia como uma oferta sacrificial verdadeira e perfeita, absolutamente capaz de cumprir aquilo que os sacrifícios do Antigo Testamento só conseguiam prefigurar. A carta aos Hebreus apresenta Jesus como sacrifício e como Sumo Sacerdote, assim, ofereceu a si mesmo pelos nossos pecados. Nesse sentido, a oferta sacrificial de Cristo é insubstituível, já que nenhum outro ser humano se assemelha a Cristo.

A morte de Jesus também selou a vitória para o povo de Deus (1Co 15.57). A morte de Cristo na cruz e sua ressurreição representam uma prova cabal do triunfo de Cristo sob o pecado, sobre a morte e sobre Satanás. Os seres humanos eram prisioneiros do pecado e ninguém era capaz de vencer o pecado, até que o Verbo se fez carne. Ele assumiu a nossa condição humana para nos libertar da nossa condição espiritual. Ao vencer a morte Cristo nos restituiu à vida.

Por fim, a morte de Jesus na cruz tem o aspecto de perdão, levando em consideração as noções de juízo e perdão. Deus criou o homem para se relacionar com Ele, todavia, o pecado gerou inimizade entre o Criador e a criatura proporcionando uma ruptura fundamental. A ordem moral tinha sido violada, assim, somente se o homem fosse redimido, perdoado, essa comunhão poderia ser restaurada. Antes de restaurar a comunhão, Deus precisa tratar o pecado com juízo afim de satisfazer sua justiça e santidade. Deus enviou seu Filho para nos salvar e nos perdoar, restabelecendo a comunhão com Deus. Salvação tem íntima relação com reconciliação, ou seja, com o retorno da comunhão com Deus.



A teoria da substituição penal traz uma resposta mais completa enxergando a salvação como um evento objetivo e não meramente subjetivo, ao mesmo tempo traz uma razão teológica profunda sobre o porquê da cruz. Enxergar esse evento magnífico ressaltando apenas uma perspectiva pode levar o estudante de teologia a incorrer em um erro ou pode conduzi-lo a desenvolver uma perspectiva reducionista sobre tudo o que a morte de Cristo na cruz representa para o cristão. Sua morte foi uma substituição para a humanidade. É por meio da morte de Cristo que a humanidade foi redimida de seus pecados. Cristo definitivamente realizou a expiação pela cruz. Essa afirmação parece óbvia, mas cabe lembrar que atualmente, muitos teólogos têm deslizado para a negação prática da doutrina da expiação. (STRONG, p.8).

Para o homem, a morte de Jesus possibilitou o perdão de Deus e proporcionou sua reconciliação com Deus, para Deus, representou uma propiciação ao aplacar sua ira contra o pecado ativada por sua santidade e justiça. Nesse sentido, por meio da morte de Jesus há redenção, triunfo, satisfação, salvaguarda da lei moral de Deus, demonstração de amor e autossacrifício. Todas estas questões devem ser consideradas na proposta de um entendimento sobre a razão teológica da expiação.

O verdadeiro entendimento soteriológico sobre a doutrina da expiação deve levar em consideração as seguintes premissas: a) todos os homens são pecadores; b) todos os pecadores estão em perigo por causa de sua culpa; c) a salvação acontece somente porque Deus planejou e a realizou em Cristo; d) a divindade e a humanidade do Verbo Encarnado estão envolvidas no processo; e) totalmente inocente, Cristo demonstrou em vida a perfeição do seu sacrifício; f) a expiação está intimamente ligada a morte de Jesus na cruz, uma vez que ali ele se fez um com os pecadores, tomando o lugar deles (2Co 5.21; Gl 3.13; Hb 9.28; 1Pe 3.18). A morte de Cristo foi substitutiva, vicária e penal. Por fim, g) por sua vida, morte e ressurreição Cristo reconciliou o homem com Deus estabelecendo um veredicto legal que



justifica pecadores a partir de sua justiça. A teoria da substituição penal torna-se a mais completa porque se vale dos pressupostos e perspectivas apresentadas pelas outras teorias, corrigindo os equívocos e explorando os acertos. A teoria da substituição penal traz uma resposta teológica profunda sobre a razão da cruz.



Referências Bibliográficas

BOYCE, James P. Teologia Sistemática: uma introdução aos pilares da fé. Rio de Janeiro: Pro Nobis Editora, 2020. GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática**. Vol.2. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

CABRAL, Elienai. **Hamartiologia: a doutrina do pecado**. In: GILBERTO, Antônio et al (org). Teologia Sistemática Pentecostal. 2ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2022.

HORTON, S. M. et al. **Teologia Sistemática: Uma Perspectiva Pentecostal**. 12.ed., Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

MACARTHUR, John. **Teologia Sistemática: um estudo aprofundado das doutrinas bíblicas**. Eusébio, CE: Editora Peregrino, 2022.

MCGRATH, Alister E. **Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica: uma introdução à teologia cristã**. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

RYRIE, Charles Caldwell. **Fundamentos da teologia básica** [recurso eletrônico]: um guia sistemático popular para entender a verdade bíblica. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

STRONG, Augustus Hopkins. **Teologia Sistemática**. Vol.1. São Paulo: Hagnos, 2003.

THORSEN, Don. **Uma exploração da Teologia Cristã**. São Paulo: Editora Reflexão, 2020.

WILLIAMS, J. Rodman. **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal**. São Paulo: Editora Vida, 2011.

